

SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

CNPJ 18.580.161/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.396	52.265	Fornecedores		2.871	4.062
Contas a receber de clientes	5	6.224	5.063	Financiamentos	8	158.518	153.976
Estoque		373	-	Partes relacionadas	6	1.419	730
Ativo financeiro	7	214.603	200.550	Salários e encargos sociais a recolher		4.430	4.013
Impostos a recuperar		7.032	6.464	Impostos e contribuições a recolher		4.100	3.761
Outros créditos		874	731	Dividendos a pagar	9.c	37.389	28.178
Total do ativo circulante		280.502	265.073	Total do passivo circulante		208.727	194.720
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante			
Aplicações financeiras - caixa restrito	8	77.980	74.682	Fornecedores		535	454
Contas a receber de clientes - LP	5	561	-	Financiamentos	8	2.532.281	2.613.611
Ativo financeiro	7	3.523.069	3.492.909	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	266.042	197.888
Impostos a recuperar		174.257	117.969	Tributos diferidos	14	168.023	143.888
Outros créditos		17	50	Total do passivo não circulante		2.966.881	2.955.841
Total do realizável a longo prazo		3.775.884	3.685.610	Patrimônio líquido			
Imobilizado		2.603	2.281	Capital social	9.a	468.515	468.515
Total do ativo não circulante		3.778.487	3.687.891	Reservas de Lucro	9.b	14.866	333.888
Total do ativo		4.058.989	3.952.964	Total do patrimônio líquido		883.381	802.403
				Total do passivo		3.175.608	3.150.561
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.058.989	3.952.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial		
Saldos em 31 de dezembro 2019	468.515	13.246	188.757	62.920	-	733.438
Lucro líquido do período	-	-	-	-	118.643	118.643
Destinações:						
Reserva legal	9.b (i)	5.932	-	-	(5.932)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	9.c	-	-	-	(28.178)	(28.178)
Dividendos propostos	9.c	-	-	(21.500)	(21.500)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	9.b (ii)	-	84.533	-	(84.533)	-
Transferência reserva especial para reserva de retenção de lucros		-	41.420	(41.420)	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2020	468.515	19.178	314.710	-	-	802.403
Lucro líquido do período	-	-	-	-	131.189	131.189
Destinações:						
Reserva legal	9.b (i)	6.559	-	-	(6.559)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	9.c	-	-	-	(31.158)	(31.158)
Dividendos propostos	9.c	-	(12.822)	-	(6.231)	(19.053)
Constituição de reserva de retenção de lucros	9.b (ii)	-	87.241	-	(87.241)	-
Transferência reserva especial para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	468.515	25.737	389.129	-	-	883.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituída em 03 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são realizados em conformidade com as disposições do edital de concessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Poder Concedente"). O prazo total do contrato de concessão é de 300 meses (25 anos), composto de uma fase inicial de obras, com valor total de investimento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, e uma fase de operação do empreendimento. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o contrato obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas. Em 23 de maio de 2018 por intermédio da celebração de contrato de compra e venda, foi alterado o controle da Companhia Sistema Produtor São Lourenço S.A. que até a respectiva data era da Construtora e Comércio Camargo Corrêa S.A. e da Andrade Gutiérrez Engenharia S.A. e passou então a ser da Empresa CGGC Construtora do Brasil Ltda. Esta alteração de controle foi aprovada tanto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, quanto pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco BTG Pactual. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp autorizou o início da fase de operação do sistema a partir do dia 10 de julho de 2018 com a emissão da Autorização de Prestação de Serviços e emissão da Autorização da Operação do Lodo, após a comprovação pela Sabesp da disponibilização da capacidade de tratamento e adução de água.

2. Base de elaboração:
Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **COVID-19 (Coronavírus):** Os serviços executados pela Companhia se enquadram como serviços essenciais, uma vez que, esses serviços visam garantir, em conjunto com o Poder Concedente, a continuidade da operação de abastecimento de água do Sistema Produtor São Lourenço S.A. A Companhia implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de home office particularmente nos setores administrativos; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais, bem como implantação de quarentena para todos os profissionais que retornam de deslocamentos internacionais, para os casos excepcionais; (iii) emissões periódicas de boletins informativos buscando orientar os funcionários quanto às melhores práticas a serem adotadas para prevenção da pandemia; e (iv) ter sido realizadas checagens diárias em todos os profissionais e subcontratados que atuam diretamente na operação do sistema para garantir que os mesmos não apresentem sintomas da COVID-19; (v) medição diária de temperatura das pessoas na entrada e saída das unidades; (vi) divulgação da campanha da vacina e acompanhamento da vacinação dos colaboradores; entre outras. A Companhia tomou adicionalmente todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados com funções estratégicas possam cumprir o objetivo de reduzir o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais. A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, a mensuração do valor justo, as provisões de contingências e passivas, os *covenants*, o reconhecimento de receita e as perdas esperadas e não identificou fatores ou eventos que pudessem sugerir que os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 tiveram impacto significativo em decorrência da pandemia da COVID-19. Até o momento, não houve impacto nas receitas e o aumento de custos decorrentes da pandemia puderam ser absorvidos pela Companhia sem maiores consequências. Como ainda não é possível avaliar todos os impactos que a COVID-19 poderá eventualmente trazer no futuro, esse tema permanece em constante monitoramento pela Administração da Companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, às quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação em contrário. **Receita operacional:** i) **Receita de construção e a receita de atualização do ativo financeiro:** Natureza e a época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: a receita de construção e a receita de atualização do ativo financeiro são provenientes do contrato de concessão. A Companhia foi contratada para construir o Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço S.A. que após sua conclusão começou a emitir faturas mensalmente que normalmente são pagas em 30 dias. **Política de reconhecimento da receita:** são reconhecidas de acordo com a interpretação técnica ICPSP 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica CPC 05 - Contratos de Concessão, que determinam a utilização de modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado na construção da infraestrutura). A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. ii) **A receita de operação ou prestação de serviços:** Natureza e a época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: as receitas de faturas para os serviços de operação são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias. Os serviços de operação referem-se à manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial e operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do empreendimento. **Política de reconhecimento da receita:** a receita é reconhecida na medida em que os serviços são prestados pela Companhia. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é mensurado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Benefícios a empregados:** **Benefícios de curto prazo a empregados:** obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia possui somente ativos financeiros classificados como custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendesse essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:** **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração**

subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. i) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido é reconhecido no resultado. i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisões quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às implicações inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui somente processo com probabilidade de perda possível, incluído na Nota Explicativa nº 16. **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Cada ação ordinária nominativa da Companhia confere ao titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; e • Atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras, usando o método de taxa efetiva de juros. As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui o custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. **Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme abaixo: i) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 7 - Ativo financeiro; • Nota Explicativa nº 13 (b) - Imposto de renda e contribuição social diferido; e • Nota Explicativa nº 16 - Provisão para contingências ii) **Mensuração do valor justo:** Uma série de divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas nas mensurações dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros. **Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** i) **Ativos financeiros não-derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com conta a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflabilidades de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. 3.1 **Novas normas e interpretações em políticas contábeis:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas)

Prestação de serviços nacional fase de operação - saldos a faturar

Prestação de serviços nacional fase de construção - saldos faturados

Total

Circulante

Não circulante

Composição por vencimento das contas a receber:

Vencidos

De 31 a 60 dias

De 91 a 180 dias

Acima de 360 dias

Total

A Companhia avaliou a perda esperada de crédito para contas a receber de clientes e não constituiu provisão, pois concluiu que não houve impacto material às demonstrações contábeis.

6. Partes relacionadas:

Passivo circulante

Outras contas a pagar:

China Gezhouba Group Overseas Investment

Total

Resultado

Custos de construção e despesas operacionais:

China Gezhouba Group Overseas Investment

Despesas financeiras:

CGGC Construtora do Brasil Ltda.

Variação cambial, líquida:

China Gezhouba Group Overseas Investment

Total

(a) Refere-se ao reembolso do Seguro Social de profissionais; (b) Em 20 de julho de 2018 foi obtido um empréstimo da CGGC Construtora do Brasil Ltda. no valor de R\$ 7.500, cujo pagamento foi realizado em 21 de julho de 2020 pelo montante de R\$ 8.481. Eram remunerados pela taxa 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos "Depósitos Interfinanceiros - DI" de um dia. **Remuneração dos administradores:** O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.766 (R\$ 2.589 em 2020), referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios, registrados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" no resultado. Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações.

7. Ativo financeiro:

De acordo com a interpretação técnica ICPSP 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia registrou os valores a receber como ativo financeiro em decorrência do direito incondicional de recebimento de contraprestação mensal fixa do contratante do contrato de PPP, a partir do início da fase de operação do projeto (ocorrida em julho de 2018), até o final da concessão. Os serviços de construção realizados pela Companhia (execução das obras) serão remunerados pela contraprestação mensal a ser recebida.

2021 2020

Saldo inicial

Adições (a)

Atualização (b)

Amortização (c)

Saldos final

Circulante

Não circulante

(a) Refere-se à receita de construção reconhecida no exercício de 2021 e 2020; (b) A atualização do ativo financeiro é calculada com base no método da taxa efetiva e calculada com base em dados reais do projeto e projeções ao longo do período de concessão; (c) As amortizações do ativo financeiro vêm sendo realizadas desde agosto de 2018 quando se iniciou o recebimento da contraprestação mensal e será recebida até maio de 2039.

8. Financiamentos:

Modalidade

Vencimento

Taxa de juros

2021 2020



圣诺伦索供水系统有限公司
SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

CNPJ 18.580.161/0001-67

→☆ **continuação**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Reserva legal:		
Lucro líquido do exercício	131.189	118.643
Base de cálculo da reserva legal	131.189	118.643
Constituição da reserva legal (5%)	(6.559)	(5.932)
ii) Reserva de retenção de lucros: Itê (ii) - É destinada para a realização de investimentos e/ou distribuição de dividendos acumulados. c) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei.		
	2021	2020
Dividendos propostos		
Lucro líquido do exercício	131.189	118.643
Constituição da reserva legal - Nota Explicativa nº 9.b (i)	(6.559)	(5.932)
Base de cálculo dividendos	124.630	112.711
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos obrigatórios	31.158	28.178
Dividendos adicionais	5%	-
Dividendos adicionais propostos (*)	6.231	-
Total	37.389	28.178

(*) Em 28 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais de 5%, além dos dividendos mínimos obrigatórios previsto no estatuto social da Companhia.

Movimentação:

Saldo inicial 01 de janeiro de 2021

	2021	2020
Dividendos obrigatórios	31.158	
Dividendos adicionais	6.231	
Dividendos propostos (*)	12.822	
Dividendos pagos	(41.000)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	37.389	28.178

(*) Em 22 de novembro de 2021 a Administração da Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R\$ 12.822.

10. Receita líquida de serviços:

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2021	2020
Receita de construção	1.815	2.137
Receita de operação	41.118	38.273
Receita de atualização do ativo financeiro	439.093	429.978
Receita bruta	482.026	470.388
Impostos sobre receitas de construção e atualização do ativo financeiro - diferidos	(40.784)	(39.971)
Impostos sobre receitas de operação - correntes	(3.803)	(3.540)
(-) Impostos sobre receita	(44.587)	(43.511)
Receita líquida de serviços	437.439	426.877

11. Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado:

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Custos de construção	(1.598)	(1.881)
Custos de operação (*)	(26.120)	(24.313)
Serviços de terceiros	(2.413)	(1.848)
Salários, encargos sociais e benefícios	(6.739)	(6.492)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo e outros	(1.774)	(1.480)
Total	(38.644)	(36.014)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(27.718)	(26.194)
Despesas gerais e administrativas	(10.926)	(9.820)
Total	(38.644)	(36.014)

(*) Referem-se aos custos com materiais, pessoal, serviços de terceiros, seguros e outros no exercício.

12. Resultado financeiro:

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.027	1.151
Rendimentos de aplicações financeiras - caixa restrito	3.298	2.013
Variação monetária	5.611	2.627
Descontos obtidos	-	35
Total	10.936	5.826

Despesas financeiras:

	2021	2020
Juros e amortização dos custos de captação sobre financiamento (Nota Explicativa nº 8)	(210.221)	(215.873)
Juros sobre financiamento com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	-	(157)
Comissão de fiança bancária	(6)	(358)
Variação monetária	(81)	(85)
Despesas bancárias	(46)	(41)
Outras	(1)	(244)
Total	(210.355)	(216.758)
Variação cambial, líquida	(47)	(90)
Resultado financeiro	(199.466)	(211.022)

13. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	199.344	179.841
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(67.777)	(61.146)
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido reconhecidos no resultado do exercício	(378)	(52)
	(68.155)	(61.198)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos no balanço patrimonial:

	31/12/2019		31/12/2020	
Ativo:	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.586	1.633	(1.453)	1.766
Prejuízo fiscal	314.011	59.492	-	373.503
Saldo	315.597	61.125	(1.453)	375.269

Passivo:

	2021	2020		
Provisão sobre as receitas de serviços	(452.287)	(133.099)		
Saldo	(452.287)	(133.099)		
Líquido	(136.690)	(71.974)		
Ativo:	31/12/2020	31/12/2021		
	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.766	1.465	(1.687)	1.544
Prejuízo fiscal	373.503	40.265	(25.048)	388.720
Saldo	375.269	41.730	(26.735)	390.264

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, com base nas projeções da Companhia indicam a realização a partir de 2024.

14. **Tributos diferidos:** Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos tributos diferidos são representados pelo reconhecimento de PIS e COFINS de R\$ 168.023 (R\$ 143.888 em 31 de dezembro de 2020), constituídos sobre as receitas e os custos de construção, em decorrência das diferenças fiscais e societárias entre o reconhecimento e o recolhimento desses tributos.

15. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos:

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	51.396	51.396	52.265
Contas a receber de clientes	-	6.785	6.785	5.063
Ativo financeiro	2	3.737.672	3.737.672	3.693.459
Aplicações financeiras - caixa restrito	Custo amortizado	-	77.980	77.980
Passivos financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.406	3.406
Financiamentos	Custo amortizado	2	2.690.799	2.690.799
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.419	1.419
			730	730

O valor justo do ativo financeiro e do financiamento contratado pela Companhia (Programa Saneamento para Todos) equivale ao valor registrado contabilmente, uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Em relação aos demais saldos contábeis, a

Administração considera que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a Taxa de Juros Referencial (TR) no financiamento. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Indexador	2021	2020
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	CDI	51.396	52.265
Aplicações financeiras - caixa restrito	CDI	77.980	74.682

Passivo:

Financiamentos - TR

A Companhia está exposta a riscos em oscilações de taxas de juros em operações de aplicações financeiras e financiamentos, cuja avaliação da Administração está divulgada abaixo na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. **Gestão de risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O financiamento contratado pela Companhia iniciou os desembolsos referentes à amortização do valor principal e parcela de juros em janeiro de 2019. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, bem como despesas com fornecedores, por faixa de vencimento, incluindo parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais e projeções futuras:

	2022	2023	2024	em diante	Total
Fornecedores	3.406	-	-	-	3.406
Financiamentos	287.363	287.099	286.815	3.970.323	4.831.600
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.419	-	-	-	1.419

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: **Cenário-base:** manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2021. **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. **Premissas:** Conforme descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI e da TR, que são a base para atualização das aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e financiamentos. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Operação	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Exposição a índices variáveis:				
Aplicações financeiras - CDI	Redução do índice	9.014	6.761	4.507
Financiamentos - TR (*)	Aumento do índice	(16.145)	(20.181)	(24.217)

(*) A análise de sensibilidade considera apenas a variação do componente TR sobre o saldo devedor do financiamento, não considerando a parcela de juros de 7,5% a.a. O cenário-base é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento.

16. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2021, inexistem causas cujo prognóstico é de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi reconhecida. A Companhia possui causa com probabilidade de perda classificada como possível de R\$ 5.150 (R\$ 4.322 em 31 de dezembro de 2020) de riscos tributários referente a processos de ISS e R\$ 17 de risco trabalhista.

17. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis: Na reunião da Administração realizada em 15 de fevereiro de 2022, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis.

A Diretoria:	Roberto Carlos Deutsch - Diretor Presidente	Jiang Hongbo - Diretor Financeiro	Nelson Nóbrega da Costa - Contador CRC 1SP 202165/O-9
---------------------	--	--	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Produtor São Lourenço S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de fevereiro de 2022



Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Jose Eduardo Moreira Rocha
CT CRC 1SP-329.826/O-0

www.spsl.eco.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 12/04/2022 17:42

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/12/SISTEMAPRODUTOR1561644412042022.pdf>
Hash: 1649709721d06cdc856fc44eb9bd06b5064be7d627